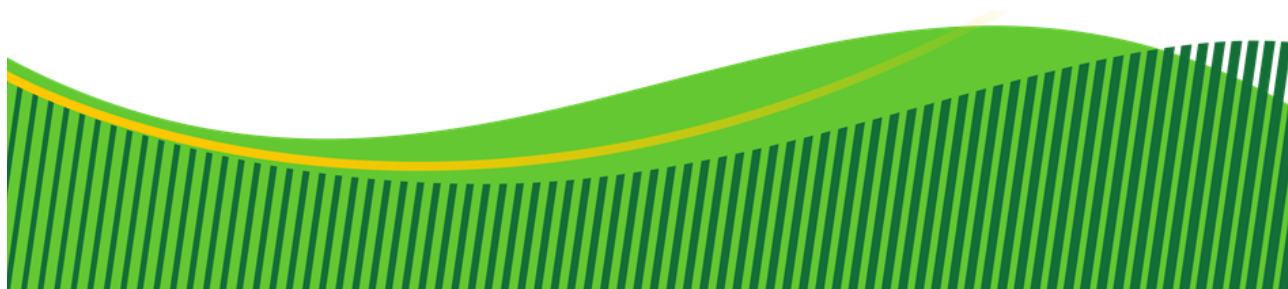


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
Canarana - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	864.029	709.531	CIRCULANTE	578.825	437.303
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.172	4.181	DEPÓSITOS (NOTA 12)	113.481	96.834
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	-	6	Depósitos à Vista	104.690	85.066
Carteira Própria	-	6	Depósitos Interfinanceiros	3.202	2.598
			Depósitos a Prazo	5.589	9.170
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	208.267	288.716	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	410.179	233.078
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8	22	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	21	40
Depósitos no Banco Central	687	-	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	410.158	233.038
Correspondentes no país	60	65			
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	207.512	288.629	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	952	884
			Recursos em Trânsito de Terceiros	952	884
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	625.887	396.076	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	19.391	79.527
Operações de Crédito	663.304	429.883	Empréstimos País - Outras Instituições	19.391	79.527
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(37.417)	(33.807)			
OUTROS CRÉDITOS	20.598	15.253	OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.822	26.980
Créditos por Avals e Fianças Honorados	2.973	410	Cobrança e Arrecadação de Tributos	305	80
Rendas a Receber	2.041	2.833	Sociais e Estatutárias	3.873	2.772
Diversos (NOTA 08)	17.213	12.411	Fiscais e Previdenciárias	1.230	1.252
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.629)	(401)	Diversas (NOTA 15)	29.414	22.876
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	4.105	5.299			
Outros Valores e Bens	4.060	6.495			
(Provisão para desvalorização)	(592)	(1.472)			
Despesas Antecipadas	637	276			
NÃO CIRCULANTE	158.907	103.242	NÃO CIRCULANTE	229.445	197.102
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	158.907	103.242	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	229.445	197.102
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	710	-	DEPÓSITOS (NOTA 12)	160.646	128.458
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	710	-	Depósitos a Prazo	160.646	128.458
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	111.669	59.585	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	22.474	10.193
Operações de Crédito	124.474	70.531	Repasses Interfinanceiros	22.474	10.193
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.805)	(10.946)			
OUTROS CRÉDITOS	1.638	22	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	46.325	58.451
Diversos (NOTA 08)	1.686	22	Empréstimos País - Outras Instituições	46.325	58.451
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(48)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	27.881	27.881	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	214.666	178.368
Outros Investimentos	27.881	27.881	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	106.522	96.700
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	12.778	11.625	De Domiciliados no País	106.567	96.717
Imóveis de Uso	7.964	6.200	(Capital a Realizar)	(45)	(17)
Outras Imobilizações de Uso	10.892	10.854	RESERVAS DE SOBRES	96.805	74.763
(Depreciação acumulada)	(6.078)	(5.429)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.231	4.129	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	11.339	6.905
Outros Ativos Intangíveis	8.487	7.344			
(Amortização acumulada)	(4.256)	(3.215)			
TOTAL DO ATIVO	1.022.936	812.773	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.022.936	812.773

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.040	-	65.040	125.251	-	125.251	103.478	7	103.485
Operações de Crédito	65.030	-	65.030	125.241	-	125.241	102.609	7	102.616
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	10	-	10	10	-	10	869	-	869
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(41.067)	(1.588)	(42.655)	(79.997)	(2.922)	(82.919)	(76.392)	(1.462)	(77.854)
Operações de Captação no Mercado	(6.505)	(16)	(6.521)	(14.424)	(27)	(14.451)	(16.553)	(18)	(16.571)
Operações de Empréstimos e Repasses	(20.669)	(1.572)	(22.241)	(43.468)	(2.895)	(46.363)	(31.125)	(1.444)	(32.569)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.893)	-	(13.893)	(22.105)	-	(22.105)	(28.714)	-	(28.714)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.973	(1.588)	22.385	45.254	(2.922)	42.332	27.086	(1.455)	25.631
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.604)	3.848	(4.756)	(8.478)	6.904	(1.574)	(2.149)	4.895	2.746
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.340	6.105	10.445	8.570	10.991	19.561	8.438	7.742	16.180
Rendas de Tarifas Bancárias	3.264	-	3.264	6.554	-	6.554	6.456	-	6.456
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.714)	(1.072)	(14.786)	(26.753)	(1.839)	(28.592)	(23.901)	(1.187)	(25.088)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.546)	(836)	(9.382)	(16.986)	(1.462)	(18.448)	(14.936)	(994)	(15.930)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(41)	(275)	(316)	(90)	(495)	(585)	(152)	(351)	(503)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	14.073	377	14.450	34.340	435	34.775	48.962	824	49.786
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.980)	(451)	(8.431)	(14.113)	(726)	(14.839)	(27.016)	(1.139)	(28.155)
RESULTADO OPERACIONAL	15.369	2.260	17.629	36.776	3.982	40.758	24.937	3.440	28.377
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	282	206	488	695	427	1.122	(1.304)	73	(1.231)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.651	2.466	18.117	37.471	4.409	41.880	23.633	3.513	27.146
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	556	556	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	325	325	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	231	231	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	15.651	3.022	18.673	37.471	4.409	41.880	23.633	3.513	27.146
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.409	(4.409)	-	3.513	(3.513)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.651	3.022	18.673	41.880	-	41.880	27.146	-	27.146
DESTINAÇÕES	-	-	-	(30.541)	-	(30.541)	(20.241)	-	(20.241)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.879)	-	(6.879)	(7.418)	-	(7.418)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.620)	-	(1.620)	(986)	-	(986)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.437)	-	(19.437)	(11.837)	-	(11.837)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.605)	-	(2.605)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	11.339	-	11.339	6.905	-	6.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	91.971	62.926	7.902	162.799
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(7.722)	(7.722)
Outras destinações	-	-	(180)	(180)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.394	-	-	6.394
Baixas de capital	(8.508)	-	-	(8.508)
Resultado do período	-	-	27.146	27.146
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(986)	(986)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.837	(11.837)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.843	-	(7.418)	(575)
Saldos no fim do período em 31/12/2016	96.700	74.763	6.905	178.368
Mutações do Período	4.729	11.837	(997)	15.569
Saldos no início do período em 01/01/2017	96.700	74.763	6.905	178.368
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.780)	(6.780)
Outras destinações	-	-	(125)	(125)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	9.038	-	-	9.038
Baixas de capital	(5.590)	-	-	(5.590)
Resultado do período	-	-	41.880	41.880
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.620)	(1.620)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.437	(19.437)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.374	-	(6.879)	(505)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.605	(2.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	106.522	96.805	11.339	214.666
Mutações do Período	9.822	22.042	4.434	36.298
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	97.586	74.763	23.207	195.556
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.950	-	-	4.950
Baixas de capital	(2.388)	-	-	(2.388)
Resultado do período	-	-	18.673	18.673
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.620)	(1.620)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.437	(19.437)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.374	-	(6.879)	(505)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.605	(2.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	106.522	96.805	11.339	214.666
Mutações do Período	8.936	22.042	(11.868)	19.110

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu
CNPJ/MF nº 33.021.064/0001-28

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	28.706	49.746	45.874
Resultado do semestre/exercício	18.673	41.880	27.146
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.033	7.866	18.728
Provisão para operações de crédito	10.214	5.469	15.250
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(383)	(880)	1.296
Provisão para desvalorização de outros créditos	566	1.276	59
Depreciação do imobilizado de uso	800	1.590	1.449
Amortização do intangível	518	1.041	643
Baixas do ativo permanente	133	610	454
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	66	(5)	110
Destinações ao FATES	(1.620)	(1.620)	(986)
Dividendos SicrediPar	(261)	385	453
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(172.781)	(121.415)	9.979
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(710)	(710)	-
Redução em títulos e valores mobiliários	7	6	6
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.803	14	377
(Aumento) em créditos vinculados	(646)	(688)	-
Redução em relações com correspondentes	309	5	44
(Aumento) em operações de crédito	(157.015)	(287.364)	(36.918)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	81.636	189.383	(19.426)
(Aumento) em outros créditos	(1.687)	(8.623)	(1.258)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.329	2.073	(2.747)
Aumento (Redução) em depósitos	(28.291)	48.833	18.553
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(279)	68	6
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(78.717)	(72.261)	46.305
Absorção de dispêndios pelo FATES	(130)	(986)	(1.129)
Aumento em outras obrigações	7.610	8.835	6.166
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(144.075)	(71.669)	55.853
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.020)	(3.353)	(4.581)
Aplicações no Intangível	(664)	(1.142)	(1.131)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.684)	(4.495)	(5.712)
Integralização de capital	4.950	9.038	6.394
Baixa de capital	(2.388)	(5.590)	(8.508)
Juros ao capital próprio	(505)	(505)	(575)
Distribuição de Sobras	-	(6.905)	(7.902)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.057	(3.962)	(10.591)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(144.702)	(80.126)	39.550
Caixa e equivalente de caixa no início do período	357.386	292.810	253.260
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	212.684	212.684	292.810

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 11/03/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(78.648)	794	(77.854)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.508)	794	(28.714)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.540	(794)	2.746
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(15.496)	(434)	(15.930)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(27.795)	(360)	(28.155)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	5.172	4.181
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	207.512	288.629
Total	212.684	292.810

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	710	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	710	-
Total realizável a longo prazo	710	-

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Títulos da Dívida Agrária	-	6
Total circulante	-	6

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	146.517	51.485	198.002	204.327
Financiamentos	65.904	9.425	75.329	32.340
Financiamentos rurais e agroindustriais	450.883	63.564	514.447	263.747
Carteira total	663.304	124.474	787.778	500.414

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	2.973	-	2.973	410
Devedores por compra de valores e bens	1.127	1.684	2.811	44
Títulos e créditos a receber (i)	11.657	2	11.659	8.203
Total	15.757	1.686	17.443	8.657

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	96.996	116.410	485	582
Nível B	1,00	339.858	209.655	3.957	2.097
Nível C	3,00	265.619	101.955	7.969	3.059
Nível D	10,00	44.879	26.707	4.488	2.671
Nível E	30,00	18.280	15.430	5.484	4.629
Nível F	50,00	19.179	12.500	9.590	6.250
Nível G	70,00	1.614	1.823	1.130	1.276
Nível H	100,00	18.796	24.591	18.796	24.590
Total (i)		805.221	509.071	51.899	45.154

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	10.927	46.680	116.846	41.195	215.648	182.907
Rural	1.279	48.476	401.128	63.564	514.447	263.747
Industrial	790	338	741	423	2.292	3.016
Comércio	1.248	15.770	17.691	13.257	47.966	37.422
Outros Serviços	301	5.642	11.204	7.721	24.868	21.979
Total	14.545	116.906	547.610	126.160	805.221	509.071

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	80.525	10,00	42.999	8,45
50 devedores seguintes	176.200	21,88	99.040	19,46
100 devedores seguintes	160.689	19,96	90.524	17,78
Demais	387.807	48,16	276.508	54,32
Total	805.221	100	509.071	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	45.154	29.845
Constituição de provisão	22.105	28.714
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.360)	(13.405)
Saldo final	51.899	45.154

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.126 (2016 - R\$ 7.480), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 29.215 (2016 - R\$ 26.891).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	118	97
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.942	1.951
Devedores por compra de valores e bens	1.127	22
Devedores por depósitos em garantia	954	917
Impostos e contribuições a compensar	606	440
Títulos e créditos a receber	11.657	8.203
Valores honrados	21	233
Cotas de consórcio	15	-
Operações com cartões	51	54
Pendências a regularizar	12	43
Outros	710	451
Total Circulante	17.213	12.411

Devedores por compra de valores e bens	1.684	22
Títulos e créditos a receber	2	-
Total realizável a longo prazo	1.686	22

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	4.060	6.495
Imóveis	3.314	5.235
Veículos e afins	100	769
Máquinas e equipamentos	80	-
Bens em regime especial	566	491
Despesas antecipadas	637	276
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(592)	(1.472)
Total Circulante	4.105	5.299

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 592 (2016 - R\$ 1.472) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	13.566	13.566
Sicredi Participações S.A.	14.313	14.313
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	27.881	27.881

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	4.648.673 ON	4.648.673 ON	2	2	13.565.696	13.565.696
	9.664.723 PN	9.664.723 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,64%	1,65%	1,22%	1,27%	11,55%	11,55%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	14.313	14.313	2	2	13.566	13.566

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.856	(6.078)	12.778	11.625
Imobilizações em curso	-	763	-	763	986
Terrenos	-	1.504	-	1.504	630
Edificações	4%	6.460	(1.012)	5.448	4.817
Instalações	10%	2.320	(1.166)	1.154	751
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.412	(1.549)	1.863	2.078
Sistema de comunicação	10%	85	(31)	54	42
Sistema de processamento de dados	20%	3.641	(2.067)	1.574	1.471
Sistema de segurança	10%	300	(145)	155	143
Sistema de transporte	20%	371	(108)	263	707
Intangível (i)		8.487	(4.256)	4.231	4.129
Investimentos Confederação		8.487	(4.256)	4.231	4.129
Total		27.343	(10.334)	17.009	15.754

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017			2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	104.690	-	-	104.690
Depósitos Interfinanceiros	1.628	1.574	-	3.202
Depósitos a prazo	2.651	2.938	160.646	166.235
Total	108.969	4.512	160.646	274.127

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	408.098	225.401
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	408.098	225.401
Outros Recursos	2.060	7.637
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.060	7.637
Total circulante	410.158	233.038
Recursos do Crédito Rural	22.474	10.155
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.474	10.155
Outros Recursos	-	38
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	38
Total exigível a longo prazo	22.474	10.193

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 25/09/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	19.391	79.527
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	7.091	6.485
Outras instituições	12.300	73.042
Total circulante	19.391	79.527
Empréstimos no país - outras instituições	46.325	58.451
Outras instituições	46.325	58.451
Total exigível a longo prazo	46.325	58.451

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,16% a.m. com vencimento até 15/11/2020.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	8	10
Provisão para pagamentos a efetuar	6.415	5.162
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	472	477
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	8.217	7.726
Pendências a regularizar	44	40
Operações com cartões	11.488	7.936
Demais fornecedores	410	389
Credores diversos	2.360	1.136
Total circulante	29.414	22.876

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	167	45	-	212
Cível	310	80	(130)	260
Total	477	125	(130)	472

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	212	167
Cível	Provável	260	310
Total		472	477

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 254; R\$ 205 e R\$ 287 (2016 - R\$ 121 para processo Cível), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	106.522	96.700
Total de associados	28.503	27.684

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.822 (2016 - R\$ 4.729), sendo R\$ 6.374 (2016 - R\$ 6.843) via integralização de resultados e R\$ 9.038 (2016 - R\$ 6.394), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.590 (2016 - R\$ 8.508).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.879, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Araguaia e Xingu - Sicredi Araxingu, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	41.880	27.146
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.590)	(11.401)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	21	(4)
Provisão PPR	61	20
Receita com atos cooperativos	15.738	9.926
Juros sobre capital próprio	2.889	3.116
Outros	(1.119)	(1.657)
Subtotal	17.590	11.401
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	41
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	710	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	207.512	288.629
Outros Créditos - Rendas a receber	1.319	1.029
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.818	2.028
Despesas antecipadas (Nota 09)	606	276
Investimentos (Nota 10)	27.881	27.881
Intangível (Nota 11)	4.231	4.129
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	3.202	2.598
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	432.632	243.231
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	65.716	137.978
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	11.346	7.627
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	10	869
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.257	4.625
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	30.900	39.057
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	322	117
Operações de Empréstimos e Repasses	46.363	32.569
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.955	1.685
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	9.536	11.424

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	348	0,33%	259
Depósitos a prazo	330	0,20%	482
Operações de crédito	4.292	0,54%	3.546

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.403	3.275

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	820	768
Despesa de aluguéis	1.371	1.216
Despesa de comunicação	890	813
Despesa de manutenção e conservação	1.151	1.030
Despesa de material	399	358
Despesa processamento dados	366	289
Despesa de promoções e relações públicas	2.163	1.719
Despesa de propaganda e publicidade	123	116
Despesa de seguro	60	66
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.500	1.375
Despesa de serviços de terceiros	634	520
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.085	1.045
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.026	924
Despesa de serviços de transportes	1.609	293
Despesa de viagem	643	630
Outras despesas administrativas	4.608	4.768
Total	18.448	15.930

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.439	2.609
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	29.969	35.431
Reversão de provisões operacionais	1.592	7.513
Outras rendas operacionais	1.775	4.233
Total	34.775	49.786

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	576	1.925
Contribuição O.C.E.	121	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	574	3.282
Contribuição Confederação Sicredi	5.548	4.379
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.259	1.187
Encargos da administração financeira	167	199
Repasse administradora de Cartões	555	619
Depreciação e amortização	1.041	649
Outras provisões operacionais	2.772	10.287
Outras despesas operacionais	2.226	5.523
Total	14.839	28.155

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	219.706	196.367
Total	219.706	196.367

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	211.793	176.517
Nível I (NI)	211.793	176.517
Capital principal - CP	211.793	176.517
Capital social	106.522	96.700
Reservas de capital	96.805	74.763
Lucros acumulados	11.339	6.905
Ajustes Prudenciais	(2.873)	(1.851)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.064.275	766.553
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	204	273
Margem de Capital (i)	99.840	100.547
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,90%	23,03%
Situação de Imobilização (Imob)	14.138	13.905
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,68%	7,88%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Carlos Paes Machado
Diretor Executivo
CPF: 304.553.671-91

Jandira Kuhn Esteves
Diretora de Operações
CPF: 460.709.661-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20